

Agroecologia e Educação no Campo: Influências da Agricultura Familiar

Agroecology and Countryside Education: Family Farming Influences

Cristiano Pereira da Silva^{*a}; Tatiana Gonçalves Lima da Silva^b

^aUniversidade Anhanguera Uniderp. MS, Brasil.

^bCentro de Formação Profissional Hércules Maymone. MS, Brasil.

*E-mail: cpsilva.cetec@gmail.com

Resumo

Neste artigo serão abordados os fundamentos da Educação no campo e os conceitos básicos da agroecologia e agricultura familiar, nas escolas rurais de Campo Grande/MS, dando destaque e divulgando as políticas educacionais e as atividades práticas realizadas e vivenciadas durante a execução deste projeto de pesquisa. Identificam-se as práticas ecológicas e a percepção da comunidade escolar e rural, em relação ao respeito do meio ambiente e dos recursos naturais, destacando a importância na formação dos alunos e cidadãos. O estudo foi realizado no município de Campo Grande/MS, através de levantamento bibliográfico, visita técnica as escolas da zona rural e a condução de reuniões pedagógicas para compreender os processos educacionais e as políticas educacionais adotadas para Educação do campo e suas especificidades regionais. Por meio desta pesquisa se pode perceber que as práticas agroecológicas estão de acordo com as diretrizes das políticas públicas da Educação do campo, que estreita a relação entre os sistemas produtivos, homem-natureza, buscando a sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética, focada no fortalecimento da agricultura familiar, pequenas propriedades, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais.

Palavras-chave: Educação do Campo. Agroecologia. Formação Técnica.

Abstract

In this study the ecological practices and the perception of the school and rural community will be identified, regarding the respect for the environment and natural resources, highlighting the importance in the training. In this article the fundamentals of Education in the field and the basic concepts of Agroecology and family agriculture will be discussed, in the rural schools of Campo Grande / MS, highlighting and disseminating the educational policies and practical activities carried out and experienced during the execution of this research projecting of students and citizens. The study was carried out in the city of Campo Grande / MS, through a bibliographical survey, a technical visit to rural schools and the conduction of pedagogical meetings to understand the educational processes and educational policies adopted for rural education and its regional specificities. Through this research, one can perceive that agro-ecological practices are in accordance with the guidelines of the public policies of rural education, which narrows the relationship between productive systems, man-nature, seeking ecological, economic, social, cultural, politics and ethics, focused on strengthening family farming, small farms, family labor, complex and diverse production systems, adapted to local conditions.

Keyword: Agricultural Education. Agroecology. Technical Training.

1 Introdução

A perspectiva da Educação do campo leva a pensar em um novo sentido de escola no campo, não somente por exigências de atendimento aos educandos, mas pela reflexão da sua função social, cultural, ambiental, seu caráter formativo, a formação de professores, o processo de ensino aprendizagem a ser efetivado e a elaboração de uma proposta pedagógica que esteja de acordo com a história de luta dos trabalhadores do campo. Deve-se considerar a Educação com a natureza, o respeito pelo meio ambiente e pelas questões culturais e sociais do local no qual a escola está inserida (BAVARESCO; RAUBER, 2014).

A escola do campo, assim como a educação rural, em tempos de globalização assume um importante papel para o desenvolvimento das comunidades rurais, pois é através de sua ação-construção educativa que as comunidades escolares

do campo buscam uma maior integração social, cultural e econômica, além de ser um veículo difusor de conhecimentos e saberes sociais. No atual contexto, a escola deve assumir seu papel de elo integrador das trocas dos saberes e técnicas que apontem para uma nova proposta de desenvolvimento: o desenvolvimento rural sustentável nas comunidades escolares camponesas (ANTUNES; MARTINS, 2010; MOLINA, 2016)

As conhecidas escolas do campo se encontram espalhadas nos bairros ou vilas rurais, distribuídas por todo território brasileiro, em locais de fácil acesso, próxima da zona urbana e outras de difícil acesso, bem distantes e com características peculiares e típicas daquela comunidade, que merecem a atenção e estudo. Conhecer o que produzem, como vivem, o que são ensinados nas escolas rurais e como a comunidade escolar trabalham as competências técnicas voltadas para as práticas agropecuárias, agrícola e os sistemas agroecológicos ou agrossistemas são de extrema importância para se

compreender a formação básica dos futuros profissionais do agronegócio brasileiro. Geralmente, nestes locais, os familiares cultivam hortaliças, frutíferas, grãos e nos finais de semana levam para a zona urbana (municípios) em feiras livres e no abastecimento de supermercados e mercearias. Neste contexto é comum que as regiões de agricultura familiar e orgânica estejam inseridas como escolas do campo (BRASIL, 2010; OLIVEIRA, 2008; MACHADO, 2014).

A Educação no campo hoje deve aproximar a comunidade da escola, conhecer suas especificidades, dinâmicas, limites, possibilidades e alternativas, na busca de uma unidade de ação, sem esquecer a pluralidade sociocultural das escolas rurais, ou seja, os saberes sociais, como culturas e crenças que devem ser trabalhados em todas as escolas do campo. Assim, o educador deve de forma permanente conhecer e reconhecer o espaço da escola desenvolvendo, em suas práticas educativas, a valorização da comunidade da escola rural, respeitando suas especificidades e incorporando na educação formal os saberes sociais passados de geração a geração (MOLINA, 2014).

A educação do campo leva em consideração a identidade cultural dos sujeitos que ali vivem. Por isso, os professores na dinâmica da educação do campo são considerados sujeitos em construção, assim como os alunos. No entanto, aos educadores é cabível a tarefa de se perguntar quem são os sujeitos com os quais compartilham experiências de vida durante o ano letivo, haja vista que cada aluno tem sua identidade, sua história e o professor também. Por isso, os professores devem perceber o quanto é importante assumir sua história para que então, possam descobrir a pessoa que está por trás do rosto de cada criança, jovem ou adulto e, então, conheçam sua história, respeitem suas diversidades e seus direitos (ANTUNES; MARTINS, 2010).

A escola do campo tem uma grande responsabilidade com o educando, sua família e a comunidade como um todo, já que esta pode ser um veículo fundamental para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, bem como a proposta da construção coletiva que aproxime o homem da terra. A escola do campo deve ter caráter de inclusão social, em que o educando, filho de agricultor, se sinta valorizado e projete na sua vivência comunitária um novo caminho para o desenvolvimento do campo, o desenvolvimento sustentável (PEREIRA, 2014).

A Educação do campo nasce sobre uma lógica de mobilização dos movimentos camponeses, com uma proposta de desenvolver novas metodologias de ensino, revalorizar os saberes populares e propor políticas públicas diferenciadas para a população do espaço rural. Intensos processos de lutas sociais protagonizadas pelos movimentos sociais rurais; os enfrentamentos com a força ofensiva neoliberal no país, estabelecida na década de 1990 e experiências educativas inovadoras são a base para o avanço da construção coletiva do paradigma da Educação do campo. A Educação do campo é um “fenômeno da realidade brasileira atual”,

sendo considerada uma “categoria de análise” das práticas e políticas de educação dos trabalhadores e camponeses em seus territórios (MOLINA, 2017).

O modelo de desenvolvimento implementado no espaço rural, a partir da modernização da agricultura, impulsionou uma prática educativa nas escolas do campo como reforço a uma visão de atraso e sem perspectivas para a população rural. O modo de produção camponês é situado na invisibilidade dessa lógica formativa hegemônica e suas identidades são rejeitadas. A formação profissional serve como correia de transmissão dos conhecimentos da revolução verde e tem o papel de formação de mão de obra para as empresas agroindustriais (RIBEIRO, 2010).

A Educação do campo é uma modalidade de ensino que tem como objetivo a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo. Portanto, trata-se de uma política pública que possibilita o acesso ao direito à Educação de milhares de pessoas que vivem fora do meio urbano e que precisam ter esse direito garantido nas mesmas proporções em que é garantido para a população urbana (RIOS, 2016).

Importante esclarecer que a Educação do campo possui tal denominação não só apenas por sua localização espacial e geográfica, mas também pela cultura que a população camponesa possui que a diferencia da cultura das pessoas que vivem no meio urbano. Assim, conclui que o “que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas, mediante mão de obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança” (BRASIL, 2010).

Dessa forma, é importante considerar que a Educação do campo é uma Educação voltada para um público-alvo específico, e que, portanto, é necessário que a educação fornecida nas escolas situadas no campo considere a cultura e a identidade das pessoas que lá vivem; valorizando e enriquecendo ainda mais essa cultura camponesa que, historicamente, foi e ainda é menosprezada e subjugada pelas pessoas do meio urbano (SANTOS, 2018).

O objetivo do presente estudo é valorizar as escolas rurais e a Educação no campo na região de Campo Grande/MS, e as influências da agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável, na estruturação de Políticas educacionais e elaboração do Projeto Pedagógico.

2 Material e Métodos

O presente estudo foi conduzido na zona rural do perímetro do município de Campo Grande/MS, com visitas técnicas quinzenais as escolas que ofertam o Curso Técnico em Agropecuária e Agronegócio para o acompanhamento das rotinas, apoio na estruturação e no desenvolvimento de atividades práticas, entrevistas com a comunidade escolar, aplicação de questionário social, econômico e cultural e a leitura de relatórios e registros das atividades pedagógicas das

escolas durante o período de 06 de setembro de 2018 até 10 de junho de 2019.

3 Resultados e Discussão

De acordo com Molina (2017), a Educação no campo completou dez anos de execução em 2017, na estruturação de políticas de formação docentes, conquistada a partir da luta dos movimentos sociais, acompanhada de um intenso processo de investigação e de sistematização das concepções e práticas formativas por essa propostas. Destaca a concepção da Organização Escolar e do Trabalho Pedagógico apresentado por essa nova proposta de formação de educadores, que teve nos últimos anos uma relevante expansão na Educação Superior. Nesse sentido, compreender os processos pedagógicos e educacionais nas escolas rurais entorno do município é de extrema importância para compreender como estão sendo trabalhadas as novas propostas de Educação do campo nas escolas rurais no município de Campo Grande/MS.

Santos (2018) destaca que é necessária uma Educação que respeite e valorize a cultura da população na qual a escola está inserida, a fim de que alunos construam suas identidades de forma positiva e valorativa. Nesse sentido, compreender o modo de vida, os hábitos e a forma como os alunos e a comunidade enxergam o meio ambiente e seu papel, enquanto parte integrante do ecossistema em que vivem, é essencial para as práticas de desenvolvimento sustentável. A questão agrária está intimamente ligada com a ideia da Educação do campo, pois a não reforma agrária e a exploração do agronegócio sobre o campesinato culmina na derrota da Educação do campo. Para garantir a Educação do campo é necessário a garantia da permanência desses sujeitos no campo, e o enfrentamento ao agronegócio, visto que as contradições provocadas pelo agronegócio excluem qualquer ideia de Educação do campo. A Educação do campo não pode ser compreendida apenas no sentido da Educação Escolar.

Para isso, destacam-se algumas definições do que venha ser considerado um desenvolvimento sustentável rural:

- a) Desenvolvimento Sustentável Rural é o conjunto de vários processos de gestão ambiental, gestão do agronegócio e práticas agroecológicas que juntas promovem o desenvolvimento rural ambientalmente correto, garantindo a produção no campo, sem impactar o meio ambiente, por meio de um estudo sobre a importância de trabalhar na comunidade rural e escolar, envolvendo questões relacionadas com as práticas agroecológicas, na busca de uma maior sustentabilidade ambiental, social e econômica.
- b) Desenvolvimento Sustentável Rural é considerado como práticas sociais, ambientais, culturais nas comunidades do campo, assim como a Educação rural, e essas práticas assumem um importante papel para o desenvolvimento das comunidades rurais, pois é através de sua ação-construção educativa que as comunidades escolares do campo buscam uma maior integração social, cultural e econômica, além de ser um veículo difusor de conhecimentos e saberes sociais.
- c) Desenvolvimento Sustentável Rural é o desenvolvimento

capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem.

A Educação do campo hoje deve aproximar a comunidade da escola, conhecer suas especificidades, dinâmicas, limites, possibilidades e alternativas, na busca de uma unidade de ação, sem esquecer a pluralidade sociocultural das escolas rurais, ou seja, os saberes sociais, como culturas e crenças que devem ser trabalhados em todas as escolas do campo. Assim, o educador deve de forma permanente conhecer e reconhecer o espaço da escola desenvolvendo, em suas práticas educativas, a valorização da comunidade da escola rural, respeitando suas especificidades e incorporando na educação formal os saberes sociais passados de geração a geração (RIOS, 2016).

Precisa-se manter um olhar atento à realidade e as demandas das pessoas que constituem a realidade do campo. E não apenas se deve reconhecer isso, porque o acesso à Educação de qualidade a quem vive no campo não é uma realidade ainda, e não pode ser vista como concessão de privilégio, mas acesso ao que é de direito, com toda a legitimidade (CALDART, 2012).

O acesso à Educação no campo se faz necessário não apenas para evitar o êxodo rural, mas porque é direito fundamental das pessoas terem acesso à Educação no meio em que vivem sem terem que abrir mão de seus valores, referências, convivência comunitária e familiar. O desafio de pensar conceitualmente a Educação no campo é gradativamente buscar ampliar a qualidade do ensino nas escolas do campo, constituindo grupos de reflexão, de estudo e de formação permanente para dar conta de todas as demandas atinentes ao processo complexo que é levar Educação de qualidade, em todos os sentidos, para quem vive e trabalha no campo (CALDART, 2012).

Entre as ações de desenvolvimento sustentável rural se destacam os projetos que trabalham produção de alimentos seguros e saudáveis, ditos alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos e pesticidas, projetos que trabalhe as Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar e a Recuperação das áreas degradadas com plantio de mudas silvestres, plantas medicinais e sua utilização caseira e o uso racional dos recursos hídricos na produção agrícola. Todos esses temas podem e devem ser abordados e trabalhados em sala de aula, em projetos educacionais, nas aulas práticas e visitas ao campo. O docente deve aproveitar todos os recursos disponíveis a seu favor.

Fazer a transição para o desenvolvimento rural sustentável depende da motivação e construção de consensos, mediados por uma relação democrática e com diálogo entre a política

ambiental e as populações rurais. A transição para a sustentabilidade do rural é entendida e conduzida como parte estruturante do projeto de desenvolvimento nacional em curso, cujo objetivo central é assegurar o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, da pobreza e da fome, com conservação dos recursos naturais e da capacidade produtiva dos ecossistemas. O objetivo do desenvolvimento rural sustentável, nas escolas de campo, é incentivar o uso adequado da terra e dos recursos naturais, seja nas áreas de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, terras Indígenas ou Comunidades Quilombolas Extrativistas (SANTOS, 2013).

Nas escolas rurais são comuns as aulas práticas de agroecologia, fato observado pelas próprias limitações e aproveitamento do espaço do meio ambiente no qual estão inseridas e dos recursos naturais em torno da própria escola. Neste sentido, compreender as definições da agroecologia são essenciais para refletir no contexto do tema. Atualmente, existem várias definições que exprimem a Agroecologia, no entanto, todas essas levam a compreender que se trata da junção dos conhecimentos das Ciências Agrárias e das Ciências Naturais, sendo uma área multidisciplinar, que contribui na construção de atividades agrícolas com base na ecológica, no desenvolvimento sustentável rural, nos fundamentos da Educação ambiental, na preservação e na conservação dos recursos naturais, tendo como referência os ideais da sustentabilidade ambiental, cultural e social, em uma perspectiva multidimensional de longo prazo (MICHELOTTI, 2014).

A agroecologia se aproxima ao estudo da agricultura em uma perspectiva ecológica, embora sua estrutura teórica não se limite a abordar os aspectos meramente ecológicos ou agrônômicos da produção, uma vez que sua preocupação fundamental está orientada a compreender os processos produtivos de uma maneira mais ampla. Assim, na agroecologia e os agroecossistemas se constituem unidade fundamental de estudo, em que os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigados e analisados em seu conjunto.

Portanto, a expectativa de uma forma de agricultura capaz de propiciar a produção de alimentos, fibras e de preservação ambiental, diferenciando-se, portanto, da orientação dominante de uma agricultura com características de produção industrial, calcada no uso intensivo de capital, de energia e de recursos naturais não renováveis, sendo assim agressiva ao meio ambiente, excludente, vista socialmente e causadora de dependência econômica.

De acordo com os conceitos, a agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, de conhecimentos e de experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos, com maior

capacidade para orientar não apenas o que é a agroecologia, as práticas de campo e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e os processos de desenvolvimento rural sustentável.

Entre as práticas agroecológicas observadas nas escolas no campo se destacam as práticas agrícolas vindas da própria agricultura familiar e a agricultura orgânica como práticas de Educação do campo, com sistemas de produção de alimentos que não agridem o meio ambiente (Figura 1). Considerando tal contexto, agricultura familiar de fato é uma atividade relacionada ao uso dos recursos naturais, pois se utiliza menos de tecnologias modernas do que a agricultura convencional e se apresenta menos intensiva que a convencional no que se refere ao uso de insumos externos. Isso se deve ao fato do agricultor familiar ser, “essencialmente, detentor dos meios de produção e sua relação com a terra baseia-se no valor de uso dado à área produtiva, com um grau relativo de afeição com a terra” (MARQUES, 2011).

Figura 1 - Aula prática de fundamentos da agroecologia, produção de mudas e fertilidade do solo com docentes e pesquisadores da Agraer/MS. Alunos do Curso Técnico em Agronegócio. SED/MS. Pronatec.



Fonte: Os autores.

A agricultura orgânica sustentável contém os seguintes elementos: uma produção estável e eficiente dos recursos produtivos, a segurança e autossuficiência alimentar, o uso de práticas de manejo agroecológico, a preservação da agricultura familiar e da cultura local, da autogestão e participação dos agricultores, bem como a conservação e recuperação dos recursos naturais. A partir de uma visão de complexidade envolve também aspectos sociais, culturais e políticos. É muito mais do que um conjunto de técnicas e assume sua relevância para um grande processo de mudança social, de resistência camponesa contra a globalização e o modelo de desenvolvimento rural dominante (HERNÁNDEZ, 2011).

A agroecologia é um dos sistemas agrícolas mais sustentáveis sob todos os aspectos e se propõe a resgatar a dignidade humana dos agricultores que, ao longo da história, domesticaram plantas e animais e mantiveram grande parte da diversidade genética utilizada pela espécie humana. Além disso, ao conservarem a agrobiodiversidade, esses agricultores promoveram práticas e inovações que são agora reconhecidas pela comunidade científica e pelos tomadores de decisões.

O agricultor familiar se torna, nesse contexto, importante foco de transformação na medida em que pode alterar seus sistemas produtivos, seus cultivos, a utilização de insumos, de acordo com suas necessidades sem precisar contratar mão de obra extra. O grupo familiar é que orienta as mudanças no sistema produtivo. A relação do agricultor familiar com sua terra não se pauta apenas na produção para a comercialização da produção, mas ele se identifica com o lugar que trabalha e vive. Em muitos casos, foi no mesmo “pedaço” de terra que seus antepassados viveram, o que torna o lugar carregado de um sentimento de posse e identificação (valores simbólicos). Nestes sistemas de organização familiar, a ecologia não representa somente a base de sua estrutura de produção, mas uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor e fundamento de reprodução social da família.

O foco central da agroecologia são os agroecossistemas, e a análise de suas características e esquemas de funcionamento, em todas suas dimensões, o que permite ultrapassar a visão unidimensional e fragmentada da ciência agrícola convencional. A preocupação da ciência agroecológica não se restringe apenas aos problemas como pragas e doenças, ou à recuperação e proteção do solo, mas sim a busca da eficiência e da resiliência do agrossistema como um todo. Por exemplo, se a causa dos problemas do sistema for entendida como um desequilíbrio (doença, praga e/ou degradação do solo), a solução para resolver o mesmo é uma orientação que se pauta por um conjunto de princípios de preservação e de ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas, justamente para produzir a estabilidade, a autorregulação e a sustentabilidade (ALTIERI, 1999).

Práticas diferenciadas têm sido detectadas nas experiências de diversificação agrícola encontradas nos assentamentos rurais do município de Araraquara e região. Às vezes, são sinais de uma diferenciação no manejo do solo, outras são expressões evidentes de que as práticas convencionais não são as únicas existentes nos assentamentos. Nestes sinais e nestas expressões contam os conhecimentos tradicionais, a troca de experiências entre os próprios assentados e o acúmulo de toda uma existência enquanto grupo familiar rural (FLORES *et al.*, 2013).

Observa-se no estudo que existem algumas práticas agroecológicas muito comuns e adotadas nas aulas práticas nas escolas no campo:

a) compostagem é formada a partir de um processo de transformação de materiais grosseiros, como palha e estrume, em materiais orgânicos utilizáveis na agricultura. Esse processo é uma maneira de se aproveitarem os resíduos produzidos no dia a dia, antes descartados, e transformá-los em adubo de alta qualidade para o uso em hortas, jardins e similares;

b) produção de húmus é o processo no qual são utilizadas minhocas criadas em cativeiro para processar e estabilizar a matéria orgânica, produzindo o húmus ou vermicomposto (excreção da minhoca), a minhocultura tem como produto, o húmus, considerado rico adubo orgânico, que pode ser utilizado em horticultura, fruticultura, produção de mudas,

entre outras. Além disso, pode ser também destinada para a comercialização, uma vez que tem grande valor de venda. Prática inclusive já adotada pela associação das mulheres;

c) manejo de plantas daninhas e pragas com produtos naturais, repelentes naturais e o manejo mecânicos ou a capina são cuidados do dia a dia e a manutenção dos canteiros. Estas atividades são essenciais para trabalhar a conservação e a preservação da biodiversidade, demonstrando que é possível adotar o controle biológico de insetos e pragas sem a utilização de produtos químicos, que degradam o meio ambiente, poluindo o solo e exterminando as espécies que se deseja controlar.

d) germinação e a produção de mudas são processos biológicos essenciais para o desenvolvimento de hortas e viveiros nas escolas, permitindo o exercício de cuidados ao meio ambiente, o preparo das sementes para o plantio, os cuidados com a irrigação e manutenção da horta da escola contribuem na formação ecológica e ambiental nos alunos. Além disso, as boas práticas ambientais levam os alunos a adotarem em suas rotinas diárias o cuidado com meio ambiente, as práticas sustentáveis e o respeito aos seres vivos. Estas competências e habilidades remetem aos fundamentos da Educação ambiental nas escolas do campo.

d) os aproveitamentos de garrafas pet, uso de pneus de tratores e carros, uso de tambores e carrinhas como sementeira e jardineira faz com que os alunos compreendam a importância da reutilização de objetos, o reaproveitamento de materiais considerados sem utilidades. São práticas fundamentais do desenvolvimento sustentável ambiental, importantes para a formação social e cultural das escolas do campo. Compreender que é possível plantar e produzir, nas escolas do campo, significa que as pessoas são capazes de cuidar e transformar o ambiente em que vivem e tirar proveito do que se tem hoje com respeito aos recursos naturais.

4 Conclusão

Feita esta reflexão teórica da Educação do campo nas escolas rurais da região de Campo Grande/MS fica evidente que há muito que construir e repensar a Educação, sobretudo a Educação no campo. Embora o país tenha um histórico de predominância camponesa, falar em Educação rural demorou muitos anos.

A princípio, esta Educação havia sido pensada como forma de conter o êxodo rural provocado pela industrialização do país. A Política Pedagógica das escolas do campo na região do estudo ainda conserva as mesmas adotadas nas escolas urbanas de Campo Grande/MS, no entanto, encontra-se um cenário muito promissor, principalmente, nas atividades práticas de campo, nas aulas práticas na horta escolar e viveiros de mudas, nos seminários de debates promovidos pelos docentes e alunos.

Constata-se um ensino que respeita a questão cultural, aspectos regionais, a aplicabilidade da agricultura familiar e práticas agroecológicas praticadas pela comunidade local. Embora hoje ainda se verifique que a maioria das escolas continua adotando as mesmas medidas das escolas urbanas, uma nova proposta de Educação para os povos do campo tem sido pensada, a Educação do campo.

As escolas do campo têm a função de pensar em âmbito político, social, cultural e econômico uma Educação que de fato esteja voltada para os sujeitos que fazem parte da realidade camponesa. Essa Educação parte da construção da luta e resistência tanto dos povos do campo como dos movimentos sócio territoriais. A reforma agrária está intimamente ligada com a Educação do campo, visto que esta é mais uma forma de resistir a expansão do agronegócio. Percebe-se que é necessário que haja políticas educacionais que de fato sejam construídas para atender os anseios da população camponesa.

Nota-se e se vivenciam escolas que atendem as diretrizes nacionais da Educação do campo, com todos os pilares educacionais sendo trabalhados em sala de aula e fora dessa, a participação da comunidade, das atividades de agricultura família, agroecologia e desenvolvimento sustentável muito empregado nas rotinas das escolas, porém salienta-se a importância de continuar as discussões sobre a temática e se verifica que ainda se tem muito que se aprofundar nessa questão.

Referências

- ALTIERI, M.A. *et al. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CALDART, R.S. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.
- BAVARESCO, P.R.; RAUBER, V.D. Educação do campo: uma trajetória de lutas e conquistas. *Unesco Ciênc.*, v.5, n.1, p.85-92, 2014.
- BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e o Pronera. Brasília: MEC, 2010.
- FLORES, A.F.; BEZERRA, M.C.S.; FERRANTE, V.L.S.B. De grupo escolar educação do campo: o caso da Escola do Campo no assentamento Bela Vista, em Araraquara/SP. *Cad. Pedagogia*, v.6, n.12, p.28-48, 2013.
- HERNÁNDEZ, J.M. *La agroecología em la construcción de alternativas hacia la sustentabilidad rural*. México: Siglo XXI, 2011.
- MACHADO, C.S. *Formação de educadores e a construção da escola do campo: um estudo sobre a prática educativa no Colégio Estadual Vale da Esperança – Formosa/GO*. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.
- MARQUES, A.C.O. A contribuição da agricultura familiar na produção agropecuária do Brasil a partir do censo agropecuário. In: JORNADA DO TRABALHO, São Paulo, 2011.
- MICHELOTTI, F. Resistência camponesa e agroecologia. In: MOLINA, M.C. et al. *Práticas contra-hegemônicas na formação dos professores das Ciências Agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera*. Brasília: NEAD, 2014. p.60-87.
- MOLINA, M.C. Contribuições das licenciaturas em educação do campo para as políticas de formação de educadores. *Rev. Educ. Soc.*, v.38, n.140, p.587-609, 2017.
- MOLINA, M.C. Apresentação. In: SOUZA, R.; MOLINA, M.C.; ARAÚJO, A.C. *Letramentos múltiplos e interdisciplinaridade na Licenciatura em Educação do Campo*. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.
- MOLINA, M.C. Análises de práticas contra-hegemônicas na formação de educadores: reflexões a partir do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. In: SOUZA, J.V. (Org.). *O método dialético na pesquisa em educação*. Campinas: Autores Associados, 2014.
- OLIVEIRA, M.R.D. Dos programas oficiais para educação rural aos projetos de educação do campo dos movimentos sociais. *Rev. Labor*, v.1, n.1, p.68-89, 2008.
- PEREIRA, M.L. *As contribuições da Licenciatura em Educação do Campo da UnB na transformação das relações de gênero no Assentamento Virgilândia, GO*. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.
- RIBEIRO, M. *Movimento camponês, trabalho e educação – liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- RIOS, J.A.V.P. De lavradora a professora primária na roça: narrativas, docência e profissionalização. *Rev. Bras. Educ.*, v. 21, n. 65, p.325-346, 2016.
- SANTOS, M. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. *Ensaio Aval. Políticas Púb. Educac.*, v.26, n.98, p.185-212, 2018.
- SANTOS, M. *Educação do campo uma política em construção: desafios para Sergipe e para o Brasil*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2013.